



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da Ata n.º 17, de 10 de Fevereiro;*
3. *Discussão e votação do Parecer relativo à PPL n.º 11/XIII/1.ª - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016 - Autor do Parecer: Deputado João Ramos (PCP);*
4. *Discussão e votação do Parecer relativo à PPL n.º 12/XIII/1.ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2016 - Autora do Parecer: Deputada Ângela Guerra (PSD);*
5. *Discussão e votação do Parecer relativo ao «Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde e Entidades Convencionadas» de 2014, conforme previsto no artigo 30.º da Lei n.º 15/2014, de 21 de março - Autora do Parecer: Deputada Fátima Ramos (PSD);*
6. *Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar audições no âmbito dos Projetos de Lei n.ºs 78/XIII/1.ª; 79/XIII/1.ª e 85/XIII/1.ª;*
7. *Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar audições no âmbito dos Projetos de Lei n.ºs 78/XIII/1.ª; 79/XIII/1.ª e 85/XIII/1.ª;*
8. *Discussão e votação do requerimento do PS, a solicitar audições no âmbito dos Projetos de Lei n.ºs 78/XIII/1.ª; 79/XIII/1.ª e 85/XIII/1.ª;*
9. *Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 97/XIII/1.ª (PCP) - Defende a construção do novo Hospital Central Público de Évora; do Projeto de Resolução n.º 116/XIII/1.ª (PS) - Defende a construção do novo Hospital Central de Évora e do Projeto de Resolução n.º 129/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a construção do novo Hospital Central de Évora;*
10. *Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 53/XIII/1.ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico - 2015, do Projeto de Resolução n.º 123/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a alteração das normas e condições de acesso à formação específica em Medicina e do Projeto de Resolução n.º 128/XIII/1.ª*



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL

*(BE) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas que garantam o acesso a formação especializada a todos os médicos;*

11. Outros assuntos.

---

#### 1. Informações

O Presidente deu conta de que, no âmbito do processo legislativo na especialidade referente aos Projetos de Lei n.ºs 78/XIII/1.ª (*reversão do Hospital Distrital de S. João da Madeira para o Ministério da Saúde*), 79/XIII/1.ª (*manutenção do Hospital do Fundão sob gestão pública*) e 85/XIII/1.ª (*reversão do Hospital Conde de S. Bento, Santo Tirso, para o Ministério da Saúde*), considera necessário que seja pedida informação detalhada ao Ministério da Saúde, no que respeita às deliberações que possam ter sido tomadas sobre estas questões, para que a Comissão possa decidir como prosseguir. Irá assim enviar um ofício ao Ministro da Saúde nesse sentido, suspendendo-se entretanto o processo legislativo, o que foi aceite por todos. Assim, os pontos 6, 7 e 8 da ordem do dia, relativos às audições requeridas pelo PSD, BE e PS, bem como pelo CDS-PP e PCP, no âmbito da especialidade destas iniciativas, ficam suspensos.

Informou ainda que o Presidente da Assembleia da República, na Conferência de Presidentes realizada a 19 de janeiro, «*deu conta da existência cada vez mais frequente de resoluções sobre a mesma matéria*» e «*salientou a relevância de as Comissões serem sensibilizadas para a possibilidade de adotarem um único texto final e não vários idênticos sobre o mesmo tema*», lembrando estar em causa a imagem do Parlamento. Por esta razão, a Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN) envia agora às Comissões, em alternativa, para decisão dos Deputados, a redação final de cada um dos projetos de resolução e uma proposta de fusão daqueles que incidem sobre idêntica matéria. Acrescentou que a decisão será sempre da Comissão, mas mesmo assim considera que não cabe àquele serviço apresentar propostas de fusão de projetos de resolução de vários Grupos Parlamentares, pois deverão ser estes, e só estes, a tomar essa iniciativa. Assim pensa que a DAPLEN não deverá continuar, por norma, a propor as fusões de textos.

A Deputada Luisa Salgueiro disse que a metodologia, a propósito destas questões, deveria ser definida em Conferência de Líderes e que gostaria que o Presidente a suscitasse em sede própria.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Ângela Guerra perguntou se a questão já foi discutida em Conferência de Líderes, entendendo que o PAR apenas fez uma sugestão e que a DAPLEN tomou a liberdade de apresentar textos de fusões.

A Deputada Carla Cruz manifestou a opinião de que se deveria manter a prática anterior em que os Grupos Parlamentares, em sede de redação final em Comissão, é que decidiam proceder ou não à fusão de textos, pois os serviços, em alguns casos, podem desvirtuar o sentido da resolução aprovada, sendo importante que haja estabilidade quanto a estes procedimentos.

O Presidente informou que iria suscitar esta questão em Conferência de Presidentes e perguntou aos Grupos Parlamentares subscritores das Resoluções 92 (BE) e 103 (PS), 94 (BE) e 109 (PEV) e 95 (BE) e 110 (PEV) se se opunham às três fusões dos textos, sugeridas pela DAPLEN, e enviadas a todos os Deputados com o expediente da última reunião. Os Grupos Parlamentares do BE e do PS deram o seu acordo, e, não estando presente o PEV, o Serviço de Apoio à Comissão foi incumbido de o auscultar para que dê conta da sua posição. Caso o PEV concorde, fica assim fixada a redação final dos textos que procedem à fusão destes Projetos de Resolução.

#### 2. Apreciação e votação da Ata n.º 17, de 10 de Fevereiro

A Ata n.º 17, relativa ao dia 10 de fevereiro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 3. Discussão e votação do Parecer relativo à PPL n.º 11/XIII/1.ª - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016 - Autor do Parecer: Deputado João Ramos (PCP)

O Deputado João Ramos apresentou o seu Parecer sobre as Grandes Opções do Plano, fazendo considerações gerais e especificando as medidas desenvolvidas nas GOP para a área da saúde, com referência ao parecer do Conselho Económico e Social (CES). Expressou a sua opinião na parte II e concluiu com o entendimento de que o presente Parecer está em condições de ser remetido à COFMA, para os devidos efeitos legais e regimentais.

A Deputada Ângela Guerra felicitou o Deputado João Ramos e disse não concordar com a sua opinião, que é legítima. No sentido de o PSD poder votar favoravelmente o Parecer, fez algumas propostas de alterações pontuais para os considerandos e conclusões.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL

O Deputado Domingos Pereira cumprimentou o Deputado autor do Parecer, dizendo que o PS o votará favoravelmente, uma vez que traduz as opções das GOP.

A Deputada Patrícia Fonseca disse concordar com as alterações propostas pelo PSD.

O Deputado João Ramos aceitou as alterações propostas.

O Presidente, cumprimentando o autor do Parecer, colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 4. Discussão e votação do Parecer relativo à PPL n.º 12/XIII/1.ª - Aprova o Orçamento do Estado para 2016 - Autora do Parecer: Deputada Ângela Guerra (PSD)

A Deputada Ângela Guerra procedeu à apresentação do Parecer sobre o Orçamento de Estado para 2016, na área da saúde, mencionando, nos considerandos: as suas linhas de ação política, as medidas setoriais, os valores relativos à despesa neste setor, referindo o disposto no Relatório do Orçamento de Estado, e as diversas disposições aplicáveis ao SNS, no tocante ao seu funcionamento, receitas e regime de trabalho. Eximiu-se de manifestar a sua opinião nesta sede e concluiu considerando que se encontram reunidas as condições para que a Proposta de Lei seja discutida e votada em plenário, devendo este Parecer ser remetido à COFMA.

O Deputado Domingos Pereira cumprimentou a autora do Parecer, considerando que contem uma análise muito aprofundada e isenta, pelo que o votará favoravelmente.

O Deputado João Ramos cumprimentou também a autora, informando que votará o Parecer favoravelmente, pois é um trabalho factual, que espelha o que consta do documento que está em análise.

A Deputada Patrícia Fonseca salientou o cuidado que a Deputada colocou na elaboração do Parecer, que reflete o que consta do OE 2016.

O Presidente, cumprimentando a autora do Parecer, colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, com a ausência do PEV.

#### 5. Discussão e votação do Parecer relativo ao «Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde e Entidades Convencionadas» de 2014, conforme previsto no artigo 30.º da Lei n.º 15/2014, de 21 de março - Autora do Parecer: Deputada Fátima Ramos (PSD)



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Fátima Ramos apresentou o Parecer sobre o «*Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde e Entidades Convencionadas*», no qual segue a estrutura do Relatório, focando temas como a reforma organizativa na prestação de cuidados de saúde (*que inclui os cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares e continuados integrados, a articulação com o setor social e convencionado, o sistema integrado de gestão de inscritos para cirurgia, os sistemas de informação para a monitorização do acesso, o microsite de monitorização do SNS e Dashboards da Saúde, a prescrição eletrónica médica de medicamentos e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, a Diretiva Europeia de cuidados de saúde transfronteiriços e acesso a cuidados de saúde*), as áreas específicas do acesso a cuidados de saúde (*incluindo o Plano Nacional de Vacinação, o de Promoção de Saúde Oral, a Linha Saúde 24, os benefícios adicionais em saúde, o sistema de atribuição de produtos de apoio e ajudas técnicas, a Procriação Medicamente Assistida, o Sistema de transporte não urgente de doentes e as taxas moderadoras*), a evolução do consumo de medicamentos e dos indicadores de saúde no SNS e a implementação da Carta dos Direitos de Acesso pelas instituições do SNS. Manifestou a sua opinião no ponto III do Parecer e concluiu dizendo que este é essencialmente informativo, estando em condições de ser enviado ao PAR, para conhecimento e publicação, e ainda ao Governo.

O Deputado António Sales enalteceu o empenho colocado pela Deputada neste trabalho, dizendo que foi exaustiva nos números que citou, mas que o efeito depende da forma como são apresentados. Quanto aos relatórios que são referidos, pensa que estão em falta dados importantes, nomeadamente indicadores relativamente a matérias muito relevantes, como sejam, por exemplo, a mortalidade infantil e saúde neonatal. O PS irá abster-se na votação.

O Deputado Moisés Ferreira sublinhou o esforço da autora do Parecer, considerando-o muito completo, salientando contudo que há indicadores que faltam no Relatório sobre o Acesso e realidades que são mitigadas, pelo que este não espelha verdadeiramente a real situação do acesso aos cuidados de saúde.

O Deputado João Ramos cumprimentou a Deputada e reconheceu o trabalho feito, mas entende que é necessário tomar posição crítica sobre o conteúdo do Relatório sobre o Acesso, do qual discorda. O Parecer reporta e reflete o conteúdo do Relatório, pelo que o não pode acompanhar, não podendo desligar os dois documentos.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Teresa Caeiro felicitou a Deputada pela qualidade do Parecer, que reflete os números contidos num documento oficial do Ministério da Saúde, que dão conta de uma realidade em que os indicadores são claramente positivos, nomeadamente quanto ao aumento de isenções de taxas moderadoras, uma capacidade de negociação que permitiu a baixa do preço dos medicamentos e o alargamento do plano de vacinação.

A Deputada Fátima Ramos disse entender que o que é votado é o Parecer e não o Relatório e que procurou ser exaustiva e clara na análise, transcrevendo dados do documento sobre o qual se pronunciou. Os números que referiu são os citados no Relatório e a sua opinião, contida no Parecer, também não é votada, pelo que considera que o PS e o PCP estão a ser sectários na sua apreciação. Concluiu dizendo que o PSD mantém uma enorme confiança no SNS.

O Presidente, felicitando a autora do Parecer, colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por maioria, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do PCP e a abstenção do PS e do BE, registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar audições no âmbito dos Projetos de Lei n.ºs 78/XIII/1.ª; 79/XIII/1.ª e 85/XIII/1.ª

Tendo em conta o referido no ponto 1. *Informações*, este ponto da ordem do dia foi adiado.

7. Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar audições no âmbito dos Projetos de Lei n.ºs 78/XIII/1.ª; 79/XIII/1.ª e 85/XIII/1.ª

Tendo em conta o referido no ponto 1. *Informações*, este ponto da ordem do dia foi adiado.

8. Discussão e votação do requerimento do PS, a solicitar audições no âmbito dos Projetos de Lei n.ºs 78/XIII/1.ª; 79/XIII/1.ª e 85/XIII/1.ª

Tendo em conta o referido no ponto 1. *Informações*, este ponto da ordem do dia foi adiado.

9. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 97/XIII/1.ª (PCP) - Defende a construção do novo Hospital Central Público de Évora; do Projeto de Resolução n.º

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL**

116/XIII/1.ª (PS) - Defende a construção do novo Hospital Central de Évora e do Projeto de Resolução n.º 129/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a construção do novo Hospital Central de Évora

O Presidente colocou o texto de fusão, que foi enviado pela DAPLEN, à consideração dos Grupos Parlamentares subscritores dos Projetos de Resolução em causa, tendo os Deputados Moisés Ferreira e António Sales informado que não se opunham à fusão. O Deputado João Ramos disse aceitar também a proposta de fusão, devendo ser acrescentada a palavra «*público*», no ponto 1: «*novo hospital central público de Évora*». Foi assim fixada a redação final do texto que procede à fusão dos Projetos de Resolução n.ºs 97, 116 e 129.

10. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 53/XIII/1ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico -2015, do Projeto de Resolução n.º 123/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a alteração das normas e condições de acesso à formação específica em Medicina e do Projeto de Resolução n.º 128/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas que garantam o acesso a formação especializada a todos os médicos

Este ponto da ordem do dia foi adiado.

11. Outros assuntos

O Presidente recordou que no dia 2 de março terão lugar duas audições do Ministro da Saúde. A primeira, requerida pelo PCP, para «*debater o reforço da capacidade de resposta do SNS*», terá lugar às 8h30, com uma grelha de uma hora (5 minutos por Grupo Parlamentar e 30 minutos de resposta conjunta do Ministro); a segunda, pelas 9h30, será sobre o OE 2016, em conjunto com a COFMA, seguindo-se a grelha aprovada por esta Comissão para todas as audições sobre o OE.

Depois das reuniões de dia 2 de março, prevê-se que a Comissão reúna após o debate orçamental, no dia 23 de março.

Foram admitidas e distribuídas duas Petições: a n.º 50/XIII/1.ª, que «*Pretende que a adrenalina seja gratuita para os doentes que sofrem de alergia alimentar*», ao PSD, e a n.º 51/XIII/1.ª «*Pela equidade no acesso ao rastreio, diagnóstico e tratamento das mulheres com cancro de mama*», ao PS.



**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL**

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 fevereiro 2016.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**





## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 18/XIII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Helena Freitas  
Isaura Pedro  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Odete Silva  
Teresa Caeiro  
António Topa  
Carlos Matias  
Francisco Rocha  
João Ramos  
José Silvano  
Maria Manuela Tender  
Patrícia Fonseca  
Rui Riso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Galriça Neto  
José Luís Ferreira  
Maria Antónia de Almeida Santos